

FEIRA AGROECOLÓGICA PROMOVEDO O DESENVOLVIMENTO LOCAL AUTO – SUSTENTÁVEL NO ASSENTAMENTO PADRE GINO – PB

Mariana Borba de Oliveira¹

¹*Bacharel em Geografia pela UFPB, marianaborbajp@hotmail.com*

INTRODUÇÃO

O assentamento Padre Gino, localizado no município de Sapé, na mesorregião da Zona da Mata Paraibana, foi criado pelo INCRA através da desapropriação da Fazenda Santa Luzia, em setembro de 1996. Possui uma área de 560 ha, 62 famílias assentadas, com uma área por parcela que varia entre 5 e 6,5 ha. Entre os produtos cultivados pelos assentados de uma forma geral estão as hortaliças, a cana-de-açúcar, o abacaxi, e culturas orgânicas para o auto-consumo e comercialização, entre outras. O rebanho é composto por bovinos, caprinos e ovinos, além das aves para consumo familiar que, algumas vezes, também são comercializadas nas feiras livres. Existem no total aproximadamente vinte famílias que optaram pela mudança da forma de produção, da tradicional para a agroecológica. Esses produtores comercializam junto com outros 3 outros assentamentos e um acampamento, que são: Dona Helena, Rainha dos Anjos, João Pedro Teixeira e o Acampamento Ponta de Gramame na Feira Agroecológica do Campus I da UFPB todas as sextas feiras.

A Feira Agroecológica do Campus I da UFPB surgiu em 2002, após muitas reuniões e discussões sobre alternativas para comercialização, organização produtiva, práticas agroecológicas, e contato com experiências vivenciadas por outros grupos no Brasil, sobretudo no Sul do país. Desde sua criação, a feira vem apresentando, apesar das dificuldades, um contínuo crescimento, assim conquistando a aprovação dos consumidores.

O presente trabalho mostra com transparência a busca da auto sustentabilidade dos assentamentos rurais através da mudança nas práticas produtivas de tradicional para agroecológica, que além de não utilizar produtos químicos, incorpora à produção a conservação ambiental e o compromisso ético com os consumidores.

Portanto, escolhemos o Assentamento Padre Gino localizado no município de Sapé – PB e a *Feira Agroecológica do Campus I da UFPB*, para demonstrar a viabilidade dessa alternativa de produção. O presente trabalho tratará, pois, da possibilidade de realização da

auto-sustentabilidade de famílias camponesas assentadas em assentamentos rurais através de práticas alternativas de produção e comercialização, esclarecendo o que entendemos por Desenvolvimento Auto Sustentável. Nosso intuito é demonstrar que, mesmo indo contra o modelo de desenvolvimento econômico e os incentivos à agricultura familiar, é possível conquistar uma vida digna no campo através dos ideais de produção agroecológica, diversificação da produção e valorização do camponês.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a estruturação da presente pesquisa, se fizeram necessárias leituras e de textos de autores que abordam de formas diferentes o conceito de Desenvolvimento Sustentável no Brasil e no mundo, em especial seus pressupostos e suas diferentes interpretações. Foram também realizadas leituras sobre a economia dos assentamentos rurais, produtos agroecológicos, práticas alternativas de produção e comercialização. Essas leituras foram feitas tanto no decorrer curso de graduação, principalmente nas disciplinas de Geografia Agrária e Geografia Agrária do Nordeste, como também, no decorrer da pesquisa, e serviram de fundamentação teórica para a elaboração da mesma. Foram feitos levantamentos bibliográficos de temas como: o processo de colonização do Brasil; estrutura fundiária do Brasil, Nordeste e Paraíba; o capitalismo no campo; relações de trabalho na agricultura; movimentos sociais; reforma agrária entre outros, junto à Biblioteca Central da UFPB, à Biblioteca Setorial do Departamento de Geociências e à Biblioteca do INCRA, bem como através de pesquisa na Internet, revistas especializadas e Anais de Congresso.

A vasta bibliografia consultada contribuiu para melhor entender a formulação do conceito de Desenvolvimento Sustentável e a proposta de *Desenvolvimento Local Auto Sustentável* ligado à agricultura, só assim tivemos condições de entender o processo pelo qual o assentamento Padre Gino que como tantos outros estão passando por essa mudança, bem como a base necessária para o trabalho de campo, elaboração dos questionários e análise dos dados, bem como a confecção do roteiro de entrevistas. Utilizamos principalmente: Bellen (2005); Leff (2001); Santos (2004); Meirelles (2002) e Marcos (2005, 2006); Guerra (2002); Sachs (2005).

As visitas ao Assentamento Padre Gino, bem como à Feira Agroecológica do Campus I da UFPB, foram realizadas em aproximadamente dois anos, já que a presente

pesquisa deriva de uma outra, a qual participei como bolsista/CNPq, e que se denomina “Feira Agroecológica do Campus I da UFPB: certificação social e revitalização”. As entrevistas realizadas com lideranças da Feira, comunidade do Assentamento Padre Gino e técnicos vinculados à Feira Agroecológica, bem como os questionários aplicados que foram no total de 46, ou seja, 75% dos camponeses assentados no Padre Gino, foram de extrema importância para a obtenção de dados qualitativos na nossa área de pesquisa.

DESENVOLVIMENTO AUTO-SUSTENTÁVEL NA AGRICULTURA

Para melhor tratar do Desenvolvimento Local Auto Sustentável promovido no Assentamento Padre Gino pela venda direta dos produtos na *Feira Agroecológica do Campus I da UFPB*, bem como da relação econômica e social que os movem, se faz necessário discutirmos o conceito de *Desenvolvimento Sustentável*, seus pressupostos, suas diversas interpretações e sua idéia de desenvolvimento ligada à questão ambiental e à agricultura.

Por se tratar de um conceito interdisciplinar, com contribuições científicas em diversas áreas do conhecimento, baseamos esse capítulo em autores da economia (VEIGA; LEFF), do ambientalismo/ecologia (SANTOS; BELLEN; SACHS), das ciências humanas como a geografia e a sociologia rural (MARCOS; MALAGODI; GUERRA) entre outros. Com isso, pretendemos não nos aprofundarmos em encontrar a definição ideal para o “conceito” de *Desenvolvimento Sustentável* - para alguns considerado utópico e longe de ser alcançado -, mas sim em destacar as principais questões tratadas pelas diversas interpretações, que muitas vezes erroneamente nos induzem a acreditar na preocupação dos países desenvolvidos em relação às condições ambientais e sociais dos demais países..

Segundo Bellen e Santos, a noção de *Desenvolvimento Sustentável* surge a partir de uma preocupação global, liderada pelos países desenvolvidos, em relação à preservação ambiental, com o objetivo de mensurar os impactos causados na natureza pelo acelerado processo de industrialização e modernização, além da preocupação com a qualidade de vida das gerações futuras e com a busca de condições de vida mais igualitárias entre os países ricos e pobres. Isso se deu justamente após o período em que o desenvolvimento estava diretamente ligado à industrialização dos países, que vai do final da segunda guerra mundial às décadas de 1960-70. Neste período já haviam surgido discussões ecológicas sobre os desmatamentos, poluição, migrações e impactos sociais.

Essas discussões tornaram-se mais freqüentes nas sociedades pós-industriais, onde não se mensurava os impactos causados ao meio ambiente e onde a maximização do objetivo do desenvolvimento trilhava o caminho que a sociedade e o meio ambiente deveriam percorrer. Começaram então os debates sobre o planejamento, a preocupação em relação ao meio e aos recursos minerais (SANTOS, p.18-19).

Assim, segundo Santos (2004, p.19), os pressupostos da criação do conceito de *Desenvolvimento Sustentável* surgiram junto com o planejamento ambiental, onde a preocupação maior, demonstrada pelas diversas conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, estava no esgotamento dos recursos naturais e na velocidade com que as relações sociais vinham alterando o meio ambiente. Ligada às discussões sobre o planejamento ambiental e aos caminhos que o desenvolvimento “deveria” seguir, estava a discussão global de que o desenvolvimento não está totalmente ligado ao desenvolvimento econômico e à industrialização de determinado território ou nação. Segundo Veiga (2005, p.18), desde:

[...] que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento lançou o “Índice de Desenvolvimento Humano” (IDH) para evitar o uso exclusivo da opulência econômica como critério de aferição, ficou muito esquisito continuar a insistir na simples identificação do desenvolvimento como crescimento econômico.

Portanto, a partir da criação do IDH como instrumento de aferição do desenvolvimento humano, houve certa dificuldade por parte dos adeptos ao capitalismo desenfreado em utilizar o termo desenvolvimento como sinônimo de desenvolvimento econômico, fato comum antes da década de 1960, quando as poucas nações tidas como desenvolvidas eram as que haviam se tornado ricas pela industrialização.

O termo *Desenvolvimento Sustentável* começou a ser formulado em 1971, na reunião de Founieux, com o nome de ecodesenvolvimento, e tinha como preocupação a degradação ambiental e as condições sociais dos países “subdesenvolvidos” (SANTOS, 2004 p.19). Conforme Bellen (2005, p.22):

O conceito de ecodesenvolvimento referia-se inicialmente a alguns países subdesenvolvidos e foi um grande avanço na percepção do problema ambiental global na medida em que se começa a verificar a interdependência entre desenvolvimento (ou modelo dominante) e meio ambiente.

Segundo Sachs (apud LEFF, 2001, p. 17-18), o conceito de ecodesenvolvimento surge como elemento de reformulação do desenvolvimento que, para o referido autor, era “marcado pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza”. Nesse contexto são elaboradas as estratégias do ecodesenvolvimento com grande potencial crítico, que sugeria “a necessidade de fundar novos modos de produção e estilo de vida nas condições e potencialidades ecológicas de cada região” (LEFF, 2001, p.17).

Essas condições passaram ainda a ser debatidas pelo Clube de Roma¹ em 1972, através do relatório *The Limits to growth*. “O relatório rompe com a idéia de ausência de limites para a exploração dos recursos da natureza, contrapondo-se claramente à concepção dominante de crescimento contínuo da sociedade industrial” (BELLEN, 2005, p.21).

É notável o crescimento da preocupação global no período seguinte ao acelerado processo de industrialização, em relação à questão ambiental e principalmente no que diz respeito ao esgotamento dos seus recursos minerais. A sociedade em geral passou a cobrar um comprometimento do poder público através de ONGs e Movimentos Preservacionistas, em relação à preservação ambiental e à qualidade de vida, tal fato acontece sobretudo nos países desenvolvidos.

As condições debatidas pelo Clube de Roma foram igualmente destacadas pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, realizada no mesmo ano de 1972, ocasião que foi criado o PNUMA (Programa das Nações Unidas e Meio Ambiente) que tinha como objetivo “gerenciar as atividades de proteção ambiental, e o Fundo Voluntário para o Meio Ambiente, bastante voltado para países em desenvolvimento” (SANTOS, 2004 p.19).

Segundo Marcos (2006, p.6), em 1975 em Uppsala através do documento *What now? Another development*, foram instituídos os três pontos que se tornaram os preceitos normativos do desenvolvimento alternativo. São eles:

- 1.ser orientado à satisfação das necessidades fundamentais de todos (*basic needs*),
2. ser endógeno e baseado nas forças da sociedade que o realiza (*self-reliance*) e
3. estar em harmonia com o ambiente (*ecodesenvolvimento*).

¹ Associação de cientistas políticos e empresários preocupados com a questão ambiental global.

Ainda em relação ao referido documento observamos, segundo Marcos, que ele afirma a não relação entre o crescimento demográfico dos países “subdesenvolvidos” e os problemas ambientais mundiais, contrapondo-se claramente à declaração de Cocoyok de 1974 que discute essa relação. Observamos tal afirmação segundo Marcos (2006, p.6):

não era o ritmo de crescimento da população do Terceiro mundo o responsável pelo esgotamento dos recursos, mas sim a monopolização e o mau uso por parte de uma minoria da população mundial composta pela camada mais rica dos países de economia avançada.

Assim, essas advertências serviram como base para diversos estudos realizados a partir da década de 1970, por diversos autores que segundo Marcos (2006, p.6) “insistiam cada vez mais sobre a necessidade de garantir o acesso aos recursos naturais da Terra a todos os seus habitantes”. Como principais autores estão: Sachs (1986) e Shumacher (1978) (MARCOS, 2006).

Em 1983, através do encontro realizado pela Assembléia Geral da ONU, foi instituída uma Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, coordenada pela ministra norueguesa Gro Brundtland. Tal comissão tinha como objetivo elaborar um relatório no qual estivessem analisadas as condições ambientais e os índices de desenvolvimento em escala mundial. O relatório intitulado de “*Nosso Futuro Comum*” foi concluído em 1987. Ele continha uma exaustiva lista de ameaças ambientais, não possibilitando mais o descaso governamental existente em relação ao Meio Ambiente. A partir de então foram elaboradas e em alguns casos reformuladas, legislações ambientais mais rigorosas (SANTOS, 2004 p.19; GUERRA et al, 2002 p.17).

Foi a partir de então que se deu a oficialização do termo *Desenvolvimento Sustentável*, que tem como uma das mais conhecidas definições aquela presente no Relatório Brundtland: “Desenvolvimento sustentável é o que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (BELLEN, 2005 p.23).

Em 1992 ocorre no Brasil a Conferência da ONU em escala mundial para a discussão da relação entre homem e meio ambiente, a Eco 92, realizada no Rio de Janeiro. Tal Conferência tinha como responsabilidade elaborar um programa global, conhecido como Agenda 21, contendo quarenta capítulos que discutiam diferentes temas a respeito da sustentabilidade econômica, ambiental e social (SANTOS, 2004 p.20).

Assim, segundo Marcos (2006), se deu a disseminação do termo *Desenvolvimento Sustentável*, passando o mesmo ser empregado indistintamente, sem uma reflexão prévia, e normalmente “esvaziado de significado”. Tal fato ocasionou de um lado o desuso e a sua negação em função do uso oficial e, de outro, o nascimento da discussão sobre formas alternativas de desenvolvimento.

Reflexões sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Auto Sustentável na agricultura

Vistos os pressupostos que levaram à construção do conceito de *Desenvolvimento Sustentável*, analisaremos as diferentes opiniões sobre o tema, e tentaremos identificar seus principais pontos em comum, bem como as críticas ao conceito em si, à sua relação com o meio rural e à sua reformulação através da retomada das bases do desenvolvimento alternativo, como a “*self-reliance*”, ou seja, um desenvolvimento alternativo partindo dos interesses da comunidade, e que será denominado de *Desenvolvimento Local Auto-Sustentável* (MARCOS,2006).

De acordo com Leff (2001), a transição não só do conceito como também das idéias do ecodesenvolvimento para o *Desenvolvimento Sustentável* se deu através de manobras políticas voltadas para a permanência do sistema econômico, sem proporcionar mudanças concretas. Conforme o autor (LEFF, 2001 p. 20-21):

O discurso da “sustentabilidade” leva, portanto, a lutar por um crescimento sustentável, sem uma justificação rigorosa da capacidade do sistema econômico de internalizar as condições ecológicas e sociais (de sustentabilidade, equidade, justiça e democracia) deste processo [...]. Todavia o discurso da sustentabilidade chegou a afirmar o propósito e a possibilidade de conseguir um crescimento econômico sustentável através dos mecanismos do mercado, sem justificar sua capacidade de internalizar as condições de sustentabilidade ecológica, nem de resolver a tradução dos diversos processos que constituem o ambiente (tempos ecológicos de produtividade e regeneração da natureza, valores culturais humanos, critérios qualitativos que definem a qualidade de vida) em valores e medições do mercado.

Assim, surgem as diversas contradições entre quem pensa o desenvolvimento sustentável e para quem ele é pensado, havendo resumidamente dois discursos: o do meio ambiente e o do desenvolvimento. Leff ainda destaca em relação às contradições dos discursos, que os países do norte, dotados de desenvolvimento e poder econômico bem

maior em relação aos países do sul, se servem de tal fato aplicando o discurso do “*Desenvolvimento Sustentável*” nos países periféricos para, através das empresas transnacionais de biotecnologia, apropriarem-se de seus recursos naturais (LEFF, 2001, p.21).

Ainda no que se refere às contradições dos ideais entre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, Leff (2001, p.23) afirma que a

racionalidade econômica desconhece toda lei de conservação e reprodução social para dar curso a uma degradação do sistema que transcende toda norma, referência e sentido para controlá-lo. Se as ecosofias, ecologia social e o ecodesenvolvimento tentarem dar novas bases morais e produtivas a um desenvolvimento alternativo, o discurso do neoliberalismo ambiental opera como uma estratégia fatal que gera uma inércia cega, uma precipitação para a catástrofe.

Assim, a ambigüidade do conceito junto com sua formulação garantiu ao capital neoliberal a possibilidade de continuar com a corrida ao desenvolvimento econômico, só que agora caminhando “de mãos dadas” com a política ambiental, através de licitações favoráveis a desmatamentos para determinado fim, ou de relatórios de impactos ambientais formulados em muitos casos pelas próprias empresas que efetuaram determinadas obras, distorcendo a percepção dos fatos.

Ao contrário da opinião de Leff (2001) em relação à transição do termo ecodesenvolvimento usado na reunião de Founex e na Conferência de Estocolmo à consolidação do termo *Desenvolvimento Sustentável* na Rio-92, Sachs considera que “a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos, não se alterou substancialmente nos vinte anos que separaram as duas Conferências...” (SACHS apud VEIGA, 2005 p.171). Para o referido autor, a formulação do conceito “soube evitar simultaneamente o ambientalismo pueril, que pouco se preocupa com pobreza e desigualdades, e o desenvolvimento anacrônico, que pouco se preocupa com as gerações futuras” (SACHS apud VEIGA, 2005 p.171).

Segundo Sachs (apud VEIGA, 2005, p.171) as dimensões ecológicas e ambientais do *Desenvolvimento Sustentável*,

[...] formam um verdadeiro tripé: 1) preservação do potencial da natureza para a produção de recursos renováveis; 2) limitação do uso de recursos não renováveis; 3) respeito e realce para a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

Está claro que é inevitável a separação do termo desenvolvimento e sustentabilidade para entender o processo de crescimento econômico ligado à conservação ambiental, e que o conceito *Desenvolvimento Sustentável* foi formulado a partir de uma visão política, sem ser questionado a sua aplicação entre os países de diferentes padrões econômicos.

Partindo para uma abordagem mais social da discussão sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável, nos basearemos em Guerra (2002), Marcos (2006), Ferreira (1998) e Meirelles (2002), para entender como se dá o *Desenvolvimento Sustentável* na agricultura e a formulação da proposta de *Desenvolvimento Local Auto-Sustentável*.

De acordo com Guerra et al, (2002, p.25-26), o conceito de *Desenvolvimento Sustentável* é ambíguo e gera pelo menos dois conjuntos de interpretações. De um lado a dos ecologistas, que entendem a proposta do *Desenvolvimento Sustentável* como sendo uma limitação ao desenvolvimento econômico e, portanto, aos impactos ambientais por ele provocados, e que não costuma levar em consideração, ou pelo menos não com um grau de aceitação muito elevado, as relações sociais e econômicas que estão por trás e dependem do meio ambiente. E de outro a dos defensores do desenvolvimento econômico, que tem no conceito de *Desenvolvimento Sustentável* uma estratégia para garantir as relações econômicas que movem o mercado.

Para o referido autor as duas interpretações são verdadeiras, já que a dualidade do conceito formulado no Relatório Brundtland permite qualquer das análises acima. Podemos observar, segundo Guerra et al, (2002, p.26) que em

[...] grande medida, no conceito e no modelo de *Desenvolvimento Sustentável*, como elaborados no Relatório de Brundtland, mas também em significativa parte dos outros conceitos e modelos elaborados a partir deste, encontra-se implícita uma dupla ênfase que contém elementos contraditórios: por um lado seus defensores investem nos avisos a respeito dos limites do meio ambiente e a cerca dos perigos de não respeitá-los, e, por outro, enfatizam as exortações ao avanço determinado em direção da “nova era de crescimento econômico”.

Em relação ao desenvolvimento da agricultura a partir de formas alternativas de produção, segundo Ferreira (1998, p.15) elas vão contra o modelo dominante da monocultura, mecanização, adubos e defensivos químicos que excluem do pequeno produtor, dos segmentos não capitalizados e dos assentamentos rurais o direito de cultivar

seus produtos e obterem uma vida mais digna. Ainda de acordo com a referida autora, para a construção de uma agricultura alternativa, é necessário que haja além das formas sociais diferenciadas de apropriação dos meios de produção e organização do trabalho, o aspecto de “sustentabilidade” do produtor, ou seja, uma produção agrícola que assegure a alimentação para o auto-consumo do núcleo familiar.

Segundo Marcos (2006, p.2), se por um lado o acelerado crescimento econômico acarreta relações sociais cada vez mais excludentes no campo, por outro estimula o que parece ser a única saída para populações excluídas do modelo dominante: uma forma de desenvolvimento alternativo, com características mais igualitárias e auto-sustentável.

Para compreender a proposta de *Desenvolvimento Local Auto-Sustentável* é preciso que se estude o território e o processo histórico de ocupação e de vida de determinado local e/ou comunidade, pois a referida proposta está totalmente ligada à valorização do território, ao respeito da diversidade cultural e da relação homem-natureza (MAGNAGHI apud Marcos, 2006 p.3-4).

Segundo Meirelles, para o sucesso do processo de transição rumo a uma agricultura sustentável é necessário que haja

a transformação nas formas de circulação, distribuição e consumo do produto agrícola tornando-se, assim, componente fundamental no processo de construção de novas relações dos seres humanos, entre si e com a natureza, no âmbito da atividade agrícola.

Contraditoriamente a construção da proposta de uma agricultura alternativa baseada na diversificação da produção, na produção agroecológica e na valorização do território de determinada comunidade, se dá justamente no resgate das principais características sugeridas há décadas atrás pelo desenvolvimento alternativo. Segundo Marcos (2006, p. 15), para alcançar o *Desenvolvimento Local Auto-Sustentável*:

1. deve-se levar em consideração as necessidades da comunidade (**basic needs**);
2. deve-se ser ao mesmo tempo endógeno, isto é, deve ser promovido e gerido pela comunidade local (**self-reliance**);
3. deve-se ser capaz de dialogar com o ambiente externo e, assim, ser capaz de avaliar o seu impacto sobre o ambiente e de pensar em novas estratégias de ações, sempre que estas se fizerem necessárias (**ecodesenvolvimento**);
4. deve-se respeitar os saberes locais para sua realização.

Assim, o emprego da proposta de *Desenvolvimento Local Auto-Sustentável* em comunidades rurais vai contra a proposta estabelecida pelo “desenvolvimento rural” imposta pelo capital monopolista e apoiado pelo Governo, que mesmo com os seus programas governamentais de incentivos à agricultura familiar, como é o caso do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ainda se caracteriza como tendo os incentivos voltados a uma agricultura avançada e imposta por um modelo de desenvolvimento que não prioriza a diversificação da produção e incentiva a utilização de produtos químicos. Em decorrência disso, a capacidade da auto-sustentabilidade dos assentamentos rurais que tentam se voltar a uma agricultura alternativa fica comprometida.

Conclui-se através das diferenciações em relação ao que se entende por *Desenvolvimento Sustentável*, que realmente sua conceitualização é ambígua, e em detrimento desse fato, há o favorecimento do atual modelo de desenvolvimento econômico, refletido também na agricultura, mas que nem por isso deixa de ter valiosas contribuições para as discussões do que seria o “modelo ideal” de desenvolvimento. Assim, optaremos em utilizar a proposta apresentada por Magnaghi (apud Marcos, 2006) de *Desenvolvimento Local Auto-Sustentável*, na nossa área estudo, o Assentamento Padre Gino, localizado em Sapé - PB. A presente opção se dá pelo fato de que o referido conceito é o que melhor se adequa à realidade das famílias assentadas no Padre Gino que optaram pela comercialização de seus produtos de origem orgânica na *Feira Agroecológica do Campus I da UFPB*.

ASSENTAMENTO PADRE GINO

O assentamento Padre Gino localiza-se entre os municípios de Sapé e Sobrado e está a 5 km do centro de Sapé. Possui uma área de total de 527,8 hectares, sendo 105 ha destinado à Reserva Legal e cada parcela mede aproximadamente 6,5 ha de área. Surgiu, através da desapropriação das terras da Fazenda Santa Luzia, realizado pelo INCRA no dia 17 de setembro de 1996. Possui uma área de 560 ha, 62 famílias assentadas, área por parcela variando entre 5 e 6,5 ha e tem a agrovila como forma de moradia. Entre os produtos cultivados pelos assentados estão hortaliças e culturas orgânicas como alface, chicória, espinafre, brócolis, cebolinha, coentro, couve, beterraba, cenoura, abrobrinha, berinjela, entre outras, além das culturas tradicionais como inhame, macaxeira, mandioca, feijão, feijão verde, batata doce e cana-de-açúcar. Em relação às frutas, o assentamento além de abacaxi, maracujá, caju, graviola, cajá etc, possui três áreas comunitárias de

acerola que, ao todo, representam aproximadamente 20 ha, atualmente abandonadas mas, segundo relato de assentados, em vias de serem recuperadas. O rebanho animal é composto por bovinos, caprinos e ovinos, além da avicultura para o consumo familiar e a comercialização em feiras livres (MARCOS et alli, 2005).

Localização do Assentamento Padre Gino



A maior parte da produção do assentamento é escoada através de atravessadores, sobretudo no que se refere às culturas do abacaxi e do inhame. A produção de cana-de-açúcar, que não é muito grande mas que alguns relatam como sendo “renda certa”, é vendida aos donos de usinas mais próxima. O restante da produção, cultivada em bases tradicionais, é comercializado em feiras livres como a de Sapé, e aquelas cultivadas agroecologicamente são comercializadas junto à *Feira Agroecológica do Campus I da UFPB*.

As áreas das parcelas e a área comunitária que se localiza à beira do principal açude do assentamento e próximo à agrovila são consideradas de boa qualidade apresentando solos com boa fertilidade, como todo solo da Várzea, conforme os técnicos que acompanham o assentamento².

O tamanho dos lotes, que varia entre 6 e 6,5 hectares, é considerado por 80% dos entrevistados como suficientes para a sustentabilidade da família. Sobre a quantidade de hectares que a família utiliza para o cultivo, dos que responderam, 32% chegam a produzir 3 ha, 28% cultivam 2 ha, 25% cultivam 1 ha e o restante ou não sabiam responder ou cultivavam apenas nas áreas comunitárias.

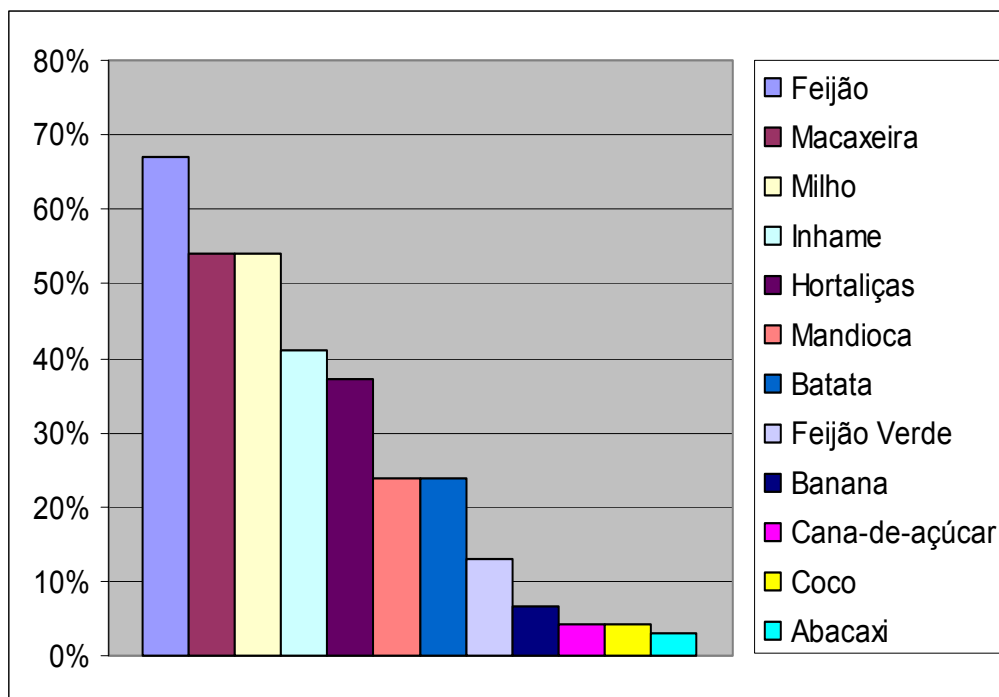
Um dos fatores para o alto índice de satisfação por parte dos moradores do Assentamento Padre Gino em relação à área de produção é que o assentamento se localiza na Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba e sub-bacia do Rio Gurinhém, existindo também na época de chuvas riachos e córregos temporários na área (INCRA - Relatório Ambiental Simplificado). Tal fato favorece a irrigação das áreas de produção, mesmo que essa irrigação não possa ser feita através de bombas no caso das produções das parcelas, pelo fato da já mencionada falta de energia.

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

A produção do assentamento se caracteriza por ser em sua maioria de gêneros alimentícios para suprir as necessidades da família, daí a quantidade de produtos básicos para o consumo familiar como o feijão, a macaxeira e o milho. Dos entrevistados 76% produzem tanto para o consumo da família como para comercialização, sendo alguns produtos cultivados em maiores quantidades com a finalidade da venda, 19% declararam que produzem apenas para o consumo da família e que comercializam muito pouco, apenas o que sobra, e 5% afirmam que produzem exclusivamente para o mercado, e que compram tudo que a família precisa fora. Podemos observar, no gráfico abaixo, os principais produtos cultivados no Assentamento Padre Gino em relação à quantidade de famílias que os cultivam:

² Atualmente o Assentamento Padre Gino conta com o auxílio de dois técnicos da CPT: Luiz Sena e Flávio.

Gráfico 1
Principais produtos cultivados no Assentamento Padre Gino



Fonte: Aplicação de questionários no Assentamento Padre Gino. Org. Mariana Borba

Podemos notar, por exemplo, a diferença na quantidade de famílias que cultivam produtos como o feijão, o milho, a macaxeira e inhame em relação às que cultivam banana, cana-de-açúcar, abacaxi e coco. A produção de abacaxi, por exemplo, é feita pelo assentado José Veraldo que cultiva exclusivamente essa cultura e vende tudo ao atravessador.

Observamos também o alto índice de produção de hortaliças no Assentamento Padre Gino. Tal fato se deve ao crescimento da Feira Agroecológica, da qual aproximadamente 20 famílias obtêm renda direta e indireta, ou seja, ou vão para a feira comercializar, ou mandam seus produtos através de alguém. Segundo Luiz Sena, mesmo já existindo hortas desde a fundação do assentamento, após a criação da feira a produção de hortaliças chegou a triplicar, como também tem diminuído a prática de uso de produtos químicos na produção ³. Atualmente o assentamento possui 15 áreas de produção agroecológica, a maioria se encontra na área comunitária, próximo à agrovila.

³ Informação verbal fornecida por Luiz Sena em entrevista realizada em 07/07/2006.

Observamos a seguir as fotos de algumas áreas de cultivo orgânico:



Foto 1
Área de produção agroecológica
Foto extraída da Aptidão Agrícola do Assentamento
Padre Gino em julho de 2006



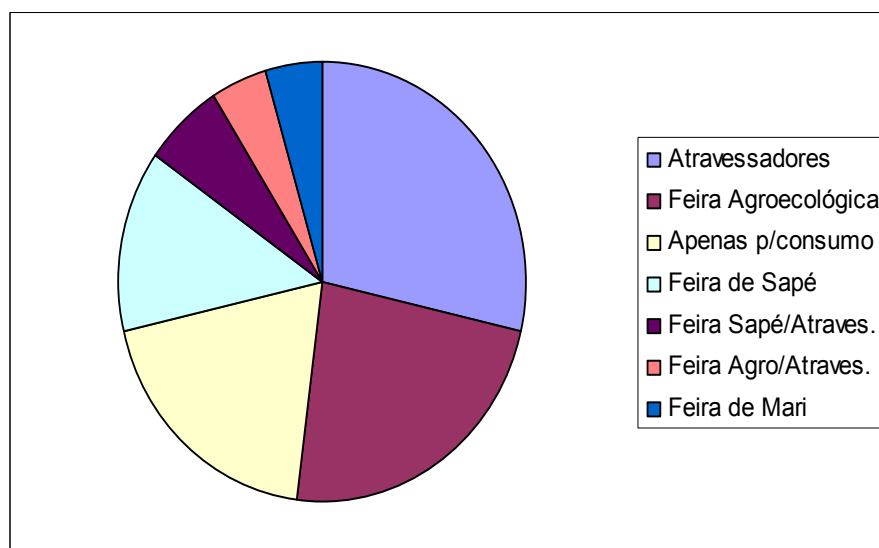
Foto 2
Área de produção agroecológica
Foto tirada em junho de 2006
Mariana Borba

A maior parte da produção do Assentamento Padre Gino é escoada através da venda aos atravessadores que chegam a lucrar até 300% em cima do preço estabelecido para a compra dos produtos aos assentados. O restante da produção cultivada em bases tradicionais é comercializado em feiras livres como a de Sapé e a de Mari, e a cana-de-açúcar é vendida aos donos de usinas mais próximos. A produção agroecológica, que em sua maioria é de hortaliças, mas que também conta com a produção de batata, feijão verde e frutas da época são comercializadas junto à *Feira Agroecológica do Campus I da UFPB*. Segue abaixo o **Gráfico 2** com as formas de comercialização dos produtos do Assentamento Padre Gino:

Formas de comercialização dos produtos do Assentamento Padre Gino

Verifica-se que realmente a venda dos produtos aos atravessadores é a que prevalece no assentamento (28%), fato que pode ser atribuído à “falta de opção” no escoamento da mesma pelos produtores, que muitas vezes vendem a produção “na folha”⁴. A segunda maior opção para a comercialização é a feira agroecológica na qual 23% dos entrevistados comercializam e obtêm uma renda exclusivamente desta feira. Tal fato é considerado uma vitória, já que a mesma não conta com nenhum incentivo do governo, e nem se encaixa aos padrões estabelecidos pelo mesmo.

⁴ Venda realizada antes da colheita da produção.



Fonte: Aplicação dos questionários no Assentamento Padre Gino. Org. Mariana Borba

Assim, aos poucos, a relação do Assentamento Padre Gino com os atravessadores começa a se distanciar, já que segundo alguns assentados que hoje cultivam produtos orgânicos para a feira agroecológica, eles já foram dependentes dos atravessadores e hoje podem produzir menos e lucrar mais. Segue abaixo a relação de preços comparativos de alguns produtos vendidos aos atravessadores e na feira agroecológica:

Quadro 1

Análise comparativa dos preços praticados junto aos atravessadores e na feira agroecológica

Produtos	Atravessadores	Feira Agroecológica
Banana	R\$ 4,00 (cento) = 0,04 (unidade)	R\$ 0,10 (unidade)
Coco	R\$ 0,10 (unidade)	R\$ 0,50 a R\$ 1,00 (unidade)
Mandioca	De R\$ 0,05 a R\$ 0,12 (kg.)	R\$ 2,00 (kg.)
Batata Doce	R\$ 20,00 (saca de 25 kg.) = 0,80 (kg)	R\$ 1,50 (kg.)
Feijão Verde	R\$ 0,30 (kg.)	R\$ 2,00 (kg.)
Inhame	R\$ 18,00 à R\$ 20,00 (15 kg) = 1,20 a 1,33 (kg)	R\$ 2,50 (kg.)

Fonte: Aplicação de questionários no assentamento Padre Gino. Org. Mariana Borba

Verifica-se assim o motivo pelo qual a maioria dos assentados rurais da Paraíba não consegue melhorar sua qualidade de vida, pois é cada vez mais freqüente a dependência do assentado em relação à figura do atravessador, pela dificuldade em comercializar seus

produtos de outras formas e o seu endividamento para produzir em maior quantidade ou para poder cultivar determinado produto que já foi pago antecipadamente e que por algum motivo não rendeu o bastante. Tal fato compromete a possibilidade o ideal da reforma agrária promover uma agricultura sustentável, que dê condições ao assentado não só de produzir o alimento para o auto-consumo, mas sim de ter uma vida digna e uma melhor qualidade de vida.

CRESCIMENTO DA *FEIRA AGROECOLÓGICA DO CAMPOUS I DA UFPB*

Desde a primeira Feira Agroecológica realizada dentro do Campus I da UFPB até o final do ano de 2005 foram feitas aproximadamente 200 feiras. A mesma vem apresentando um contínuo crescimento, e de acordo com o técnico agrícola Luiz Sena os assentamentos que mais contribuíram para o crescimento e para a consolidação da Feira Agroecológica foram o Padre Gino e Dona Helena, pois são os que mais possuem barracas e os mais interessados em diversificar a produção e conhecer novas técnicas de cultivo agroecológico⁵.

Primeiramente eram dez barracas, mas após seis meses de feira, e diante do sucesso obtido pela mesma, receberam novas famílias, aumentando para quinze barracas. Contam atualmente com vinte barracas, dez das quais pertencentes ao Assentamento Padre Gino. Uma média de quarenta famílias assentadas vive exclusivamente da renda obtida com a comercialização dos produtos na feira, e aproximadamente mais dez famílias obtém parte da sua renda da feira, tendo outras atividades que a complementa. Podemos observar nas figuras abaixo a comercialização dos produtos agroecológicos na feira.



Foto 3
Comercialização na Feira Agroecológica
Foto tirada em novembro de 2005
Mariana Borba



Foto 4
Comercialização na Feira Agroecológica
Foto tirada em novembro de 2005
Valeria de Marcos

⁵ Informação verbal fornecida por Luiz Sena realizada no dia 07/07/2006 .

O **quadro2** apresenta a relação das pessoas que participam da feira, dos produtos que comercializam e do Assentamento/Acampamento ao qual pertencem:

Quadro 2
Participantes da Feira Agroecológica do Campus I da UFPB, segundo o assentamento e a produção

Barraca	Nome	Produto	Assentamento/ Acampamento
1	Sueli e Dona Neura	Comidas prontas: bolos, pudins e gomas.	Dona Helena
2	Tina	Comidas prontas: tapioca e beiju	Padre Gino
3	Naldo e Eramos	Coco, jaca, coentro, cebolinha, rabanete, rúcula, feijão verde, maxixe, salsinha e alface.	Padre Gino
4	Assis	Berinjela, coentro, pimenta de cheiro, cenoura, pepino e milho.	Boa Vista
5	Dona Maria e Índio	Rabanete, nabo, coentro, rúcula, coco, ovos, acerola, feijão e cebolinha.	Padre Gino
6	Eliete e Rosilene	Mostarda, alface, cebolinha, goma, coentro, acerola, chicória e rúcula.	Padre Gino
7	Luizinho, Evandro e grupo de jovens	Alface, cenoura, couve, feijão verde, maxixe, pimentão, quiabo, tomate e banana.	Padre Gino
8	João Guerra	Multi-misturas medicinais	Padre Gino
9	Geraldo e Edson	Acerola, alface, coentro, macaxeira, feijão verde, maxixe e cenoura.	Padre Gino
10	Sr. Zizo e D. Lúcia	Coentro, cebolinha, alface, pepino, acerola, ovos e feijão.	Padre Gino
11	Dona Gloria	Acerola, batata, feijão verde, ovos, coentro e cebolinha	Padre Gino
12	Marcos e Paulo	Mel, coco, palma, macaxeira, coentro, maxixe e feijão.	Dona Helena
13	Gabriel	Comidas prontas: pode, galinha, buchada, cuscuz e macaxeira, além de pimenta de cheiro e algumas frutas.	Boa Vista
14	Grupo de mulheres	Sabonetes e produtos naturais.	Dona Helena
15	Assis, Guida e Ilda	Coentro, jerimum, feijão verde, inhame, milho, graviola, maracujá, mamão e ovos.	Rainha dos Anjos
16	Raquel e Luciana	Rabanete, salsinha, coentro, cenoura, beterraba e flores ornamentais.	Dona Helena
17	Joselito e Léo	Inhame, feijão verde, maracujá	Ponta de Gramame
18	Lenivaldo e Zefinha	Cebolinha, batata doce, feijão verde, macaxeira, maxixe, banana, ortelã, coentro, tomate, pimentão e quiabo.	Padre Gino
19	Quinha e Orlando	Cebolinha, coentro, pimenta de cheiro, maxixe, pepino, feijão, jerimum e amendoim.	Dona Helena.
20	Nildo e Idalécio	No momento encontram-se sem produção	Padre Gino e Dona Helena

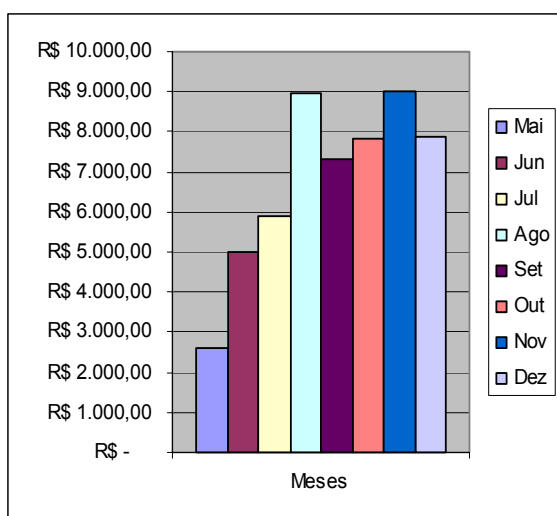
Fonte: Pesquisa feita junto a Feira Agroecológica. Org. Mariana Borba

O crescimento da feira pode ser observado também através da renda bruta obtida pela comercialização direta dos produtos. Podemos observar nos gráficos abaixo a variação de renda bruta obtida nos meses do ano, que quase sempre aumentam com o passar de um ano, ou no mínimo continuam estáveis:

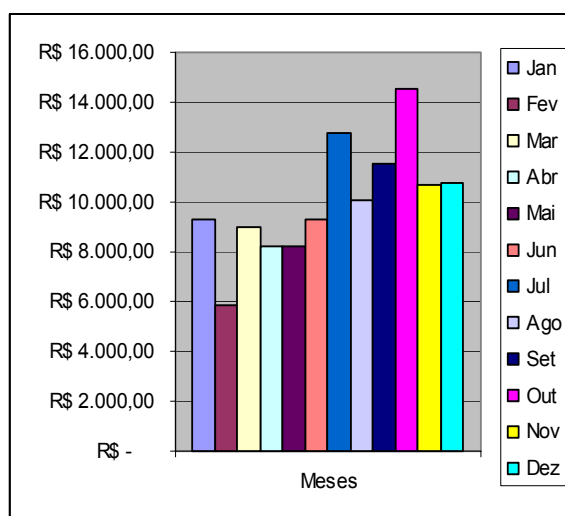
Gráficos 3,4,5 e 6

Demonstrativos do crescimento da feira em meses do ano

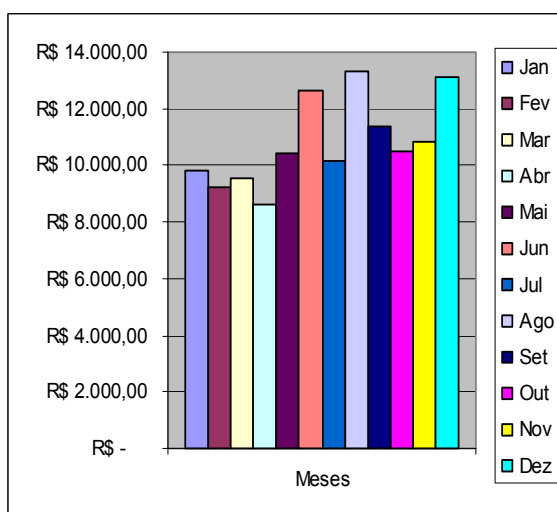
2002



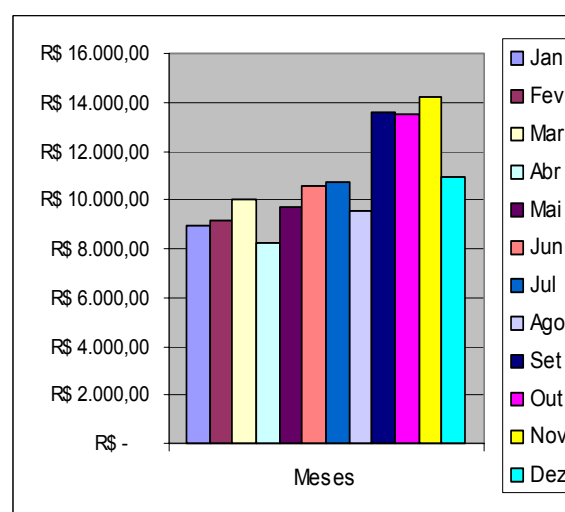
2003



2004



2005



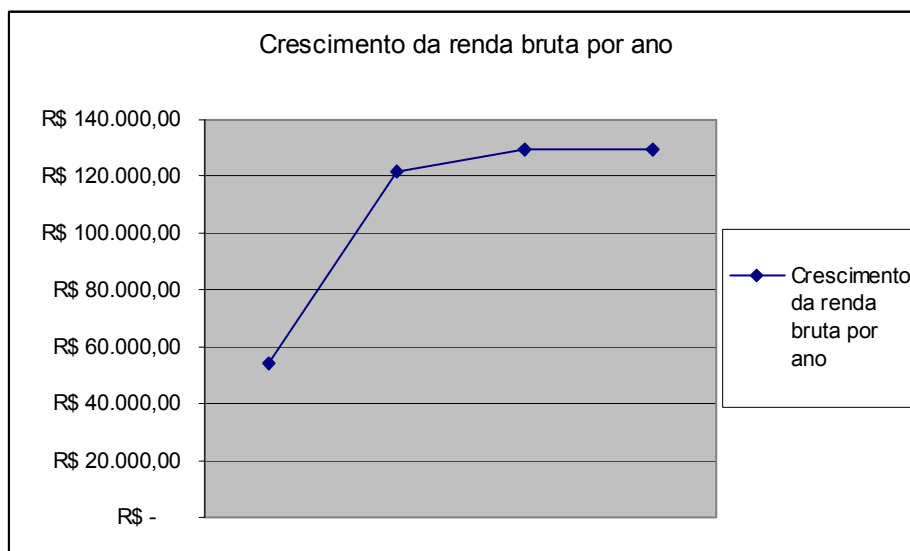
Verificamos a seguir, Quadro 3 e no gráfico 7 o crescimento da feira e a sua estabilidade através do total de renda bruta obtida por ano:

Quadro 3
Crescimento da feira

Anos	Valores
2002	R\$ 54.517,00
2003	R\$ 121.402,00
2004	R\$ 129.694,00
2005	R\$ 129.133,00

Fonte: Dados fornecidos pelo técnico Luiz Sena.

Gráfico 7
Crescimento da feira



Fonte: Relatório do Técnico da CPT. Org. Mariana Borba

Acredita-se que a participação da produção do Assentamento Padre Gino é de extrema importância no crescimento da *Feira Agroecológica do Campus I da UFPB*, tanto pelo fato do mesmo ser responsável por mais de 50% das barracas da feira, quanto pelo seu grau de comprometimento com a mesma. Como já foi citado anteriormente, os camponeses do Assentamento Padre Gino são um dos que mais demonstram interesse em diversificar a produção e conhecer sobre novas técnicas de cultivo orgânico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de se discutir a questão agrária, a luta pela terra e a organização dos assentamentos rurais decorre da necessidade de se entender como se dá a continuidade do processo de reforma agrária, já que os assentamentos rurais muitas vezes estão destinados à não prosperidade, ocasionada pelo “abandono” dos camponeses pelo poder público.

Contudo a relação verificada nas nossas áreas de estudo – *o Assentamento Padre Gino* e a *Feira Agroecológica do Campus I da UFPB* – demonstra que é possível conquistar o ideal da reforma agrária e viver dignamente no campo, através da mudança nas práticas produtivas e na forma de comercialização.

Através do diagnóstico realizado no Assentamento Padre Gino, verificamos um elevado grau de satisfação por parte dos assentados em morar no referido local, demonstrado através do entusiasmo em relatar a produção na própria terra. Os assentados do Padre Gino se caracterizam também por não terem a produção exclusivamente voltada para o auto-consumo da família, já que a maioria deles a comercializa. Mesmo com o alto índice de camponeses que comercializam seus produtos com os atravessadores, observamos que em poucos casos essa se configura como sendo a única renda da família. Além disso, temos a produção voltada para a Feira Agroecológica como a segunda maior forma de produção do Assentamento Padre Gino, fato que consideramos uma vitória, visto que o cultivo de produtos “limpos” aparece como um desafio para aqueles que vêm da monocultura da cana-de-açúcar. Assim, apesar das dificuldades encontradas no Assentamento Padre Gino, podemos afirmar que o mesmo proporciona ganhos reais para as famílias assentadas.

A *Feira Agroecológica do Campus I da UFPB* tem sido responsável pela melhoria na qualidade de vida de aproximadamente 40 famílias provenientes de assentamentos rurais da Várzea paraibana, destas, 20 pertencem ao Assentamento Padre Gino. Estas famílias optaram em produzir organicamente e comercializar seus produtos diretamente com o consumidor, se livrando assim da dependência da figura do atravessador. E apesar das dificuldades como transporte e infra-estrutura, a *Feira Agroecológica do Campus I da UFPB* se configura como sendo um espaço de integração social, onde o perfil do consumidor e a sua relação com os camponeses é o diferencial do sucesso da mesma.

Assim, os resultados dos quais dispomos nos permitem pensar que para os camponeses a alternativa de mudar as práticas produtivas tradicionais para agroecológicas, que inicialmente parecia um objetivo difícil de ser alcançado, aos poucos conseguiu ser

implantada com sucesso, graças aos grupos de estudos e debates, no qual se encontravam os camponeses, técnicos e instituições dispostas a colaborar com a construção deste outro caminho para a agricultura camponesa, através da venda direta aos consumidores, proporcionando assim, um desenvolvimento local auto-sustentável, voltado para as necessidades da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADISSI, Paulo José et al. **Horticultura paraibana e o impacto ambiental e social**. Relatório de pesquisa, GEA. João Pessoa, PB: 1998-1999.

BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 1ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2005.

CARVALHO, Horácio M. **Formas associativas vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1998. Disponível em www.incra.gov.br.

FERREIRA, Ângela Duarte; ZANONI, MAGDA. Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. In: FERREIRA, Ângela Duarte (org.) et al. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba, PR: Universitária/UFPR, 1998.

GUERRA, Lemuel et al. Por uma abordagem sociológica da crise ambiental e do modelo de desenvolvimento sustentável. In: DUQUE, Ghislaine (org.). **Agricultura Familiar, meio ambiente e desenvolvimento**: ensaios e pesquisas em sociologia rural. João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 2002.

INCRA/ATECEL/UFPB/ENGERD. **Aptidão agrícola do Assentamento Padre Gino**. Sapé, PB, 2002.

INCRA/ATECEL/UFPB/ENGERD. **Relatório ambiental simplificado Assentamento Padre Gino**. Sapé, PB, 2003.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2001.

MALAGODI, Edgard; QUIRINO, Eliana. Mercado e consciência ambiental: dilemas da agricultura familiar. In: DUQUE, Ghislaine (org.). **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento**: ensaios e pesquisas em sociologia rural. João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 2002.

MARCOS, Valéria et al. **Feira agroecológica do Campus I da UFPB: certificação social e revitalização**. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente-SP: 2005.

_____. **Alternativas para a produção agrícola camponesa na ótica do desenvolvimento local auto-sustentável**. Revista AGB, v.1, n.3, 2006. Disponível em www.ceul.ufms.br

MEIRELLES, Laércio. **Comercialização e certificação de produtos agroecológicos**. ENA – Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, RJ: 2002. Disponível em www.encontroagroecologico.org.br

MOREIRA, Emília. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

_____. **O Espaço natural paraibano**. In: Geografia Regional da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, no prelo.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2004.

SANTOS, Rosely Ferreira. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo, SP: Oficina de textos, 2004.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável, o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2005.